



GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges Marta Ioris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot (Departamento de Ciências Sociais UFPB) - Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Debatedor/a, José Mauricio Paiva Andion Arruti (UNICAMP) - Debatedor/a

Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na última RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam os processos identitários étnicos e territoriais, com especial atenção às dinâmicas da organização social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder e de modos de significação e elaboração étnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos analíticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferenciação, a alteridade, é gerada e reproduzida através de constantes fluxos culturais. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de mudança (sociais, políticos e econômicas), as elaborações de cosmologias e manifestações simbólicas, bem como os quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Também bemvindas são as contribuições que abordam as unidades sociopolíticas em diferentes escalas, como famílias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alianças se efetivam no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, assim como as variações na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.

Identificação étnica e territorialidade no Nordeste, hoje: Um estudo de caso do Povo Karuazu

Autoria: Daniela Oliveira da Silva

Pensar em povos indígenas no Nordeste hoje, é reconhecer uma história de resistência, manutenção e ao mesmo tempo de descoberta e redescoberta da identidade étnica. Ao trabalhar essa reconstrução da identidade, perpassa-se por uma das principais bases, a territorialidade, pois o auto-reconhecimento, retoma a memória da ancestralidade, a qual está ligada a um territorialidade e uma espiritualidade. Nesse caminho de construção e reconstrução da identidade, os povos indígenas no Nordeste brasileiro devido aos diversos processos de contato e esbulho de seu território, submetidos a situações de violência física, psicológica e cultural. Foram obrigados a assumir como estratégias de sobrevivência a invisibilidade de suas identidades, cultura e tradição. Só a partir da década de 1970 é que essas populações irão assumir o protagonismo de sua história, a medida que iniciaram suas lutas pelo reconhecimento étnico e pela demarcação de terras, mediante a conquista do direito previsto em lei na Constituição Federal de 1988, temos o desvelamento de vários povos indígenas no Nordeste. Nesse novo cenário vemos o despertar de novas identidades dos "Povos resistentes". Como estudo de caso, tomamos o Povo Karuazu em Pariconha, Alagoas, Povo Karuazu, no município de Pariconha, Alto Sertão alagoano, autodenominam-se e são reconhecidos como "Ponta de rama" Pankararu, foram reconhecidos oficialmente em 1999. Ao analisar o grupo étnico em questão sobre o processo de ressurgência étnica, passado quase 20 anos de reconhecimentos, mesmo com os direitos garantidos em lei, percebe-se a morosidade e falta de interesse do governo em relação aos povos indígenas. Embora seja dado o reconhecimento étnico, quando trata-se da questão territorial os processos de



identificação são negado. Atualmente vê-se uma série de medidas governamentais que retiram os direitos dos povos, por exemplo, o Marco temporal; PEC 215; o parecer 001/207; entres outras. Nesse cenário de desmonte político e de uma política anti-indígena, onde o interesse do capital se volta mais uma vez, para as terras indígenas é de extrema importância que os setores acadêmicos e a sociedade civil discutam sobre a questão dos povos indígenas, especialmente no Nordeste, os quais, serão os mais prejudicados com a implementação destas leis.



Realização:



Apoio:



Organização:

